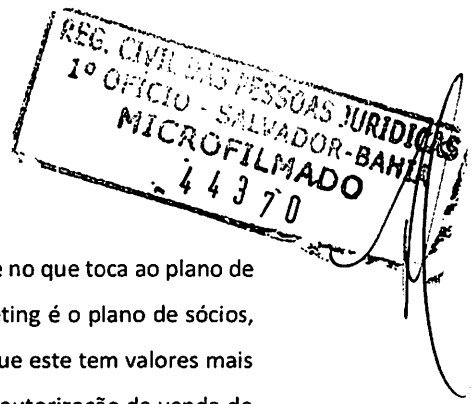


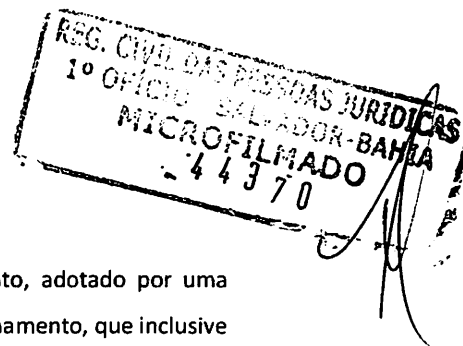
**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO ESPORTE CLUBE BAHIA
REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015 E CONTINUADA EM 24.10.2015**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 19:06, no Auditório da ARENA FONTE NOVA, nesta Capital, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo do Esporte Clube Bahia, conforme Edital publicado no jornal "A Tarde" edição do dia 11 de setembro de 2015, e Ordem do Dia, com a finalidade de: 1. Tratamento de requerimentos pendentes, junto às Comissões do Conselho Deliberativo e demais órgãos do Clube; 2. Discussão sobre a necessidade de criação de Comissão de Apoio Jurídico; 3. Apreciação de recomendação da Comissão de Ética enviada ao Conselho Deliberativo; 4. Apresentação da previsão de cronograma 2015/2017 de atividades das Comissões do Conselho Deliberativo, e; 5. O que ocorrer. Dado início à reunião, o presidente do conselho deliberativo, Henrique De La Torre, concedeu a palavra ao vice-presidente do Esporte Clube Bahia, Pedro Henriques, para informes, para em seguida conceder a palavra a Jorge Avancine. Pedro Henriques disse que durante a semana ocorreram duas notícias importantes, quais sejam a assinatura do contrato com a Arena Fonte Nova e o triunfo na ação trabalhista movida por Ruy Accioly em face do E.C. Bahia. Pedro Henriques prosseguiu dizendo que Avancine apresentaria um novo produto do E.C. Bahia, e que o plano de sócios é o mesmo aprovado pelo conselho, sendo o objeto da apresentação de Avancine apenas o produto do plano de ingressos. Dada a palavra a Jorge Avancine, este explanou o produto do plano de ingressos e tirou as dúvidas questionadas pelos conselheiros presentes. O presidente do conselho deliberativo agradeceu a explanação de Jorge Avancine e informou aos presentes que, em razão da ausência, já justificada do secretário de ofício Moreno Borba, foi convocado, conforme previsão regimental, um dos conselheiros, qual seja, Luís Alberto Bonfim Jr, que irá secretariar a Mesa Diretora nesta oportunidade. Prosseguiu informando que foram recebidos três requerimentos aos quais serão dados os devidos encaminhamentos. O presidente do conselho então propôs à plenária uma inversão de pauta, tratando primeiramente do item 4, cronograma de atividades das comissões do conselho deliberativo. Proposta aceita por unanimidade e aberta as inscrições para fala sobre esse item. Retomada a reunião, o presidente do conselho deliberativo deu início ao item 4 da pauta "Apresentação da previsão de cronograma 2015/2017 de atividades das Comissões do Conselho Deliberativo". Começando pela Comissão Social, foi dada a palavra ao seu coordenador, Zildney Campello. Campello disse que o trabalho da comissão social vem sendo principalmente o de



acompanhar o trabalho de Jorge Avancine e sua equipe, especialmente no que toca ao plano de sócios. Disse ainda que o resultado do trabalho da diretoria de marketing é o plano de sócios, que não é o ideal, mas que já pagamos planos bem mais limitados e que este tem valores mais acessíveis. Após, Zildney Campello questionou se foi votado apenas a autorização da venda de títulos de sócio contribuinte ou se foi votado pelo conselho que não seriam mais vendidos títulos patrimoniais. Respondido por diversos conselheiros e pelo presidente do conselho deliberativo que para haver comercialização de novos títulos patrimoniais somente mediante legais e estatutários. O presidente do conselho deliberativo obteve a palavra e disse que entende que algumas comissões não tiveram tempo hábil para preparar uma apresentação de suas atividades, porém, solicita que na próxima reunião apresentem um relatório de atividades desenvolvidas. Dada a palavra ao conselheiro Saul Quadros, coordenador da comissão de ética, este disse que a comissão de ética se reuniu por duas vezes, uma com o escopo da escolha de seu coordenador e a outra tendo como objeto 3 processos disciplinares. Um dos processos corre em face do ex-presidente Marcelo Guimarães Filho, do qual o conselheiro Moacyr Reis é relator estando os autos em suas mãos para que sejam tomadas as providências. Prosseguiu dizendo que solicitou de cada um dos 3 relatores dos processos disciplinares, quais sejam o processo em face de Marcelo Guimarães Filho, o processo em face do conselheiro Reub Celestino (de relatoria do conselheiro Lucas Dórea) e o processo em razão da perda do prazo do refinanciamento junto a prefeitura (de relatoria do conselheiro Éverton Torres), observando a diversidade de correntes no conselho deliberativo. Alegou ainda Saul Quadros que a burocracia no relacionamento comissão-conselho-departamento jurídico tem atrapalhado o andamento dos processos. Dada a palavra ao representante da comissão de administração e finanças, Marcus Verhine disse que a comissão de administração e finanças, por deliberação do conselho deliberativo, ficou responsável por acompanhar o pagamento dos encargos trabalhistas dos funcionários em geral. Disse que a comissão enviou um comunicado para a Mesa Diretora, que encaminhou a diretoria e que esta prontamente respondeu, agendando uma reunião para 11 de setembro, e que nesta reunião foi relatado que todos os encargos trabalhistas e previdenciários estão em dia. Disse que foram tiradas algumas dúvidas em relação aos balancetes, em específico a um crescimento de 20% na despesa de pessoal, de junho em relação a maio, ficando num patamar de 8% abaixo de novembro de 2014, quando o Bahia estava na série A, e foi um mês cheio. Informou que questionada, a diretoria financeira, na pessoa de Marcelo Barros explicou que houve um lançamento do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, em junho dobrado porque não havia sido lançado em maio, e ainda houve um pagamento de uma indenização em junho que não houve em maio. Disse que a elevação foi um ponto fora da curva e que Barros mostrou uma série de planilhas com os salários de funcionários e jogadores. Disse ainda que o conselheiro

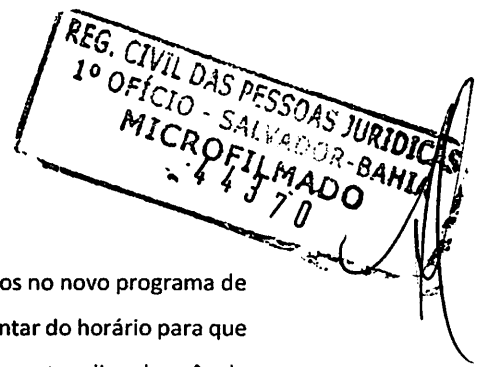
Handwritten signatures at the bottom of the page, including a large, stylized signature on the left and another signature on the right.



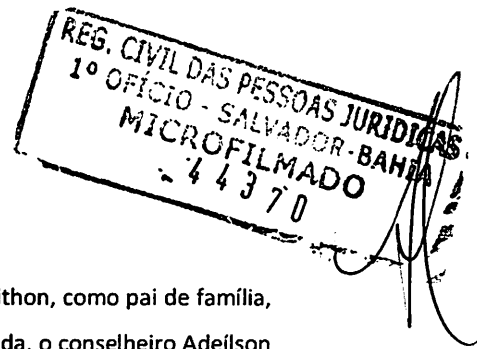
Marcelo Noblat entregou um modelo de relatório de acompanhamento, adotado por uma multinacional, para inspirar o Bahia a mandar esse relatório de acompanhamento, que inclusive que permitirá um acompanhamento pela comissão de administração e finanças e será base do cronograma de atividades, devendo esse documento ser enviado também ao conselho fiscal. Prosseguiu dizendo que entregou a política de transparência a Marcelo Barros, para que a diretoria a cumpra com mais rigor. Exemplificou dizendo que ao examinar o site oficial do clube, o orçamento de 2015 não está lá; informações de fluxo de caixa de 2015 não estão lá; Disse ainda que isso foi conversado com Barros e com a diretoria e que foi prometido o atendimento destes quesitos. Por fim, reforçou a necessidade de se fazer um planejamento estratégico para o clube, que é item da política de transparência aprovada pelo conselho na gestão passada. Questionado pelo conselheiro Edésio Góes sobre a fiscalização dos recolhimentos, Verhine disse que a ideia é fazer uma fiscalização trimestral, porém, observando sempre todos os meses. Dada a palavra ao coordenador da comissão de reforma do Estatuto, Gilson Pinheiro, este disse que a comissão tem se reunido em média duas vezes ao mês, e que já tem ao menos 2/3 dos trabalhos conclusos, e que gostariam de entregar até o fim de setembro, para ser encaminhado para a comissão jurídica e após, retornar para a plenária do conselho deliberativo, contudo não foi possível. Disse que estabeleceram seis datas de entregas de trabalhos e planejam concluir até o final de outubro. Relembrou ainda que a comissão de reforma do estatuto é uma comissão transitória, com duração de um ano, e que talvez seja necessário que o conselho deliberativo autorize a prorrogação dos trabalhos da comissão. O conselheiro Theodomiro Rodrigues obteve a palavra e sugeriu que fosse analisada a possibilidade de uma audiência pública para os sócios opinarem, sugerindo ainda que assembleia geral de aprovação do estatuto seja até junho para que seja o mais distante possível da eleição. Gilson Pinheiro respondeu dizendo que no caso a questão da audiência pública foi discutida, contudo a comissão entende que é tecnicamente inviável, por sua natureza jurídica e pela inviabilidade da discussão em audiência, sendo difícil chegar num denominador comum, entendendo ainda que o conselho é a representação proporcional dos sócios e diversas correntes e que tentam chegar num resultado mais democrático possível. O conselheiro Mário Jr pediu a palavra e disse que discorda de Gilson Pinheiro na medida que o próprio estatuto diz que o sócio tem direito de opinar e que se o sócio se sentir prejudicado, ele pode agir judicialmente. Gilson Pinheiro respondeu que esse assunto havia sido discutido internamente na comissão e que respeita a opinião de Mário Jr, mas que o Bahia tem 25 mil sócios e pra que todos estes opinassem e fizessem proposições para que 6 pessoas possam analisar nós não conseguiríamos chegar a um resultado. Disse que o sócio é fundamental, mas que ele elege os membros do conselho para decidir e representar a opinião dele, não podendo-se mitigar o papel dos conselheiros. O presidente do conselho Henrique De



La Torre informou que o coordenador da comissão jurídica o informou que não poderia estar presente na reunião e que entende que existem trabalhos desta comissão represados, porém pediu um prazo inferior ao estabelecido para analisar alguns requerimentos e que entregará os pareceres para que o trabalho não seja prejudicado. A comissão de futebol não tinha seu coordenador presente, motivo pelo qual declinou de apresentar seus trabalhos. A comissão feminina deixou um relatório de suas atividades. A comissão de patrimônio solicitou se apresentar em outra oportunidade, o que foi deferido. A comissão de negócios, representada por André Joazeiro disse que tiveram apenas 2 reuniões e que não foram demandados em nada pela Mesa Diretora. Joazeiro disse ainda que se reuniu com Avancine tentando passar uma visão do plano de sócios de negócio para o Bahia. Em outra reunião se definiu que se fizesse estudos dos planos de sócios dos demais clubes para apresentar o que fosse interessante para os clubes. Dada a palavra ao coordenador da comissão de futebol e base, Jonatas Marinho, este disse que a comissão encontrou dificuldades de trabalho por ter tido muitas das suas demandas negadas pela diretoria executiva. Disse que realizaram algumas visitas buscou-se traçar um diagnóstico sobre as divisões de bases, e observou-se que a situação ainda é precária, em que pese estar mais organizada que antes. Prosseguiu dizendo que teve questionamentos negados sobre relação de atletas por categoria, empresários que os representam, percentuais do clube em direitos econômicos, vista dos contratos dos jogadores da base e orçamento específico da divisão de base. O conselheiro Marcus Verhine disse ser importante lembrar que a política de transparência do clube, aprovada pelo conselho deliberativo e entregue à diretoria executiva, tem em seu item " B alínea 20 : **Disponibilizar no sítio eletrônico do Clube:** Os detentores dos percentuais dos direitos Econômicos dos jogadores do Clube, inclusive dos jogadores da divisão de base, ressalvando Contratos com cláusula de confidencialidade." Saliou Verhine que esse documento embasa o questionamento e que outros clubes, a exemplo do SPFC disponibilizam no próprio balanço. O presidente do conselho deliberativo deu início então ao item 3 da pauta "Apreciação de recomendação da Comissão de Ética enviada ao Conselho Deliberativo". Para tanto, atendendo ao pedido da comissão de ética por sigilo do tema, solicitou a saída momentânea dos ouvintes presentes, restando na sala apenas os conselheiros. Após a discussão, o conselheiro Gilson Pinheiro lembrou da necessidade da aprovação, por parte do conselho deliberativo, dos títulos a serem comercializados no novo plano de sócios. O conselheiro Mário Júnior fez o contraponto, alegando que ao aprovar o plano que tem como pretensão angariar 20 mil sócios no primeiro ano e 30 no segundo, já se aprova a emissão destes títulos. O presidente do conselho deliberativo, em nome da segurança e da objetividade propôs a votação de aprovação da comercialização de 50 mil títulos de sócios a partir de segunda feira, dia 21 de setembro de 2015. Posta à votação, com apenas uma abstenção e nenhum voto



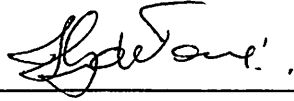
contra, foi aprovada por unanimidade a venda dos 50 mil títulos de sócios no novo programa de associação. Após, foi suspensa a assembleia às 22:38, em razão do adiantar do horário para que se continuasse na próxima reunião. Retomada a reunião aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 09:11, no Auditório da ARENA FONTE NOVA, nesta Capital, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo do Esporte Clube Bahia, conforme Edital publicado no jornal "A Tarde" edição do dia 17 de outubro de 2015, e Ordem do Dia, com a finalidade de: 1- Continuação da reunião ocorrida em 19.09.2015, suspensão pelo adiantado horário naquela data; 2 - Tratamento de requerimentos pendentes, junto as Comissões do Conselho Deliberativo e demais órgãos do Clube; 3 - Discussão sobre a necessidade de criação de comissão de apoio jurídico; 4 - O que ocorrer; Dado início à reunião, o presidente do conselho deliberativo, Henrique De La Torre, convidou à mesa e concedeu a palavra ao vice-presidente do Esporte Clube Bahia, Pedro Henriques, para informes. Pedro Henriques disse que recebeu pedidos de conselheiros e sócios para acesso à informações do clube e que era necessário regulamentar esse acesso. Dessa forma a Diretoria Executiva expediu uma instrução normativa para regulamentar esse acesso, que entrega neste momento a presidência do conselho deliberativo. Informou ainda que com o PROFUT, o E.C. Bahia terá uma série de benefícios, podendo obter algumas certidões negativas. Todavia, para a adesão ao PROFUT, faz-se necessária mais uma alteração estatutária, de um artigo, informando que em breve haverá uma nova assembleia geral para tanto. Informou ainda que o clube recebeu em outubro a primeira parcela da "variável da arena fonte nova", sendo um valor expressivo que auxiliou o clube nos pagamentos adiantados, e será divulgado na ata de transparência do clube. Disse ainda que gostaria de prestar homenagens, em nome da Diretoria Executiva do clube, pelo passamento do ex-presidente Antônio Pithon. Dando prosseguimento a reunião, o presidente do conselho deliberativo convidou à mesa os filhos de Antonio Pithon, presentes na reunião, pedindo da plenária uma salva de palmas. O presidente do conselho deliberativo entregou então a Rogério Pithon, um "pin", simbolizando de forma singela a marca de Antônio Pithon na história do E.C. Bahia. Foi franqueada a palavra a diversos conselheiros, que falaram da história, realizações, e importância de Antônio Pithon para a história do Bahia, como realizador e visionário, além de experiências pessoais com o ex-presidente. Homenagearam Pithon, Virgílio Elísio da Costa Neto, Saul Quadros, Emanuel Vieira, Wilson Santos, Geraldo Trípodi, Jorge Maia, Leonardo Vieira, Adriano Mascarenhas, Raimundo Nonato Tavares (Bobô), José Augusto Vicente e Arnaldo Mota. O presidente do conselho passou a palavra aos filhos de Pithon, que relembrou fatos, impressões e lembranças do ex-presidente, lembrando a importância do Bahia na vida de Pithon, sacrificando por muitas vezes o tempo com seus familiares e entes queridos. Falaram sobre o respeito que Pithon conquistou frente ao Bahia e à FBF, sendo respeitado até pelos



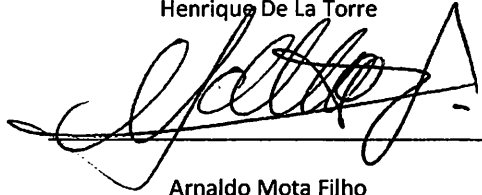
torcedores do rival. Falaram da importância do legado de Antônio Pithon, como pai de família, profissional, gestor e apaixonado pelo Esporte Clube Bahia. Em seguida, o conselheiro Adeilson Amâncio pediu a palavra e sugeriu que, diante da grandeza de Antônio Pithon, a reunião fosse acabasse ali, e fosse transformada numa homenagem exclusiva à Antônio Pedreira Pithon. O presidente do conselho pediu que se fizesse um intervalo de 5 minutos para que a plenária voltasse e decidisse sobre o fim da reunião e conversão em homenagem. Retornando do intervalo, o presidente do conselho agradeceu ao conselheiro Adeilson Amâncio pela sugestão e aproveitou a palavra para lembrar os itens da pauta, lembrando dos requerimentos pendentes, em específico as solicitações de vistas de documentos, feitas por Ricardo Maracajá e Félix Barreto, que em tese serão contempladas pela instrução normativa, o requerimento de Leonardo Vieira e Marcelo Mendes referentes às filmagens e registro pelo clube das reuniões do conselho deliberativo, a questão da comissão de ética que foi trata da de forma interna entre os poderes do clube e uma proposta de Dr. Saul Quadros em relação a prevenção de nepotismo no clube. Pediu em seguida que todos os conselheiros, de todas as correntes no conselho representadas, que auxilie a Mesa Diretora no tratamento dos requerimentos, para que estes não fiquem represados, seja através de correio eletrônico ou pessoalmente. O conselheiro André Joazeiro solicitou que fosse enviada aos conselheiros uma lista dos requerimentos que por ventura estejam ainda sem cumprimento, sugestão que foi prontamente recebida pelo presidente do conselho deliberativo e referendada por Geraldo Trípodí. Em seguida Jorge Maia solicitou informações sobre o andamento dos trabalhos da comissão de reforma do estatuto. O presidente do conselho disse que coincidentemente conversou no intervalo da reunião com o coordenador da comissão jurídica Gilson Pinheiro e que o anteprojeto do novo estatuto encontra-se em fase final e que deve ser apresentado pela comissão de reforma do estatuto em breve. Dada a palavra ao coordenador da comissão jurídica Gilson Pinheiro, este disse que na última reunião relatou o andamento dos trabalhos da sua comissão e que está em fase de conclusão. O conselheiro Zildney Campello sugeriu que se encaminhe a diretoria, que foi informada através do Gerente de Relações Institucionais Humberto Netto, presente na reunião, o pedido de avaliação de uma área reservada no site do clube para que o conselheiro, através de um login e senha, transite com informações do clube. O conselheiro José Augusto Vicente sugeriu a criação de uma sala em nome de Antônio Pedreira Pithon, para abrigar o acervo de relíquias do clube fornecida pela família. Wilson Santos sugeriu que o próximo edital fosse fiado em convocação permanente, para evitar imprevistos. O presidente do conselho agradeceu a presença da família Pithon e colocou em votação o pedido de extinção da reunião feita pelo conselheiro Adeilson Amâncio, o que foi aprovada por unanimidade. O presidente do conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar foi

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
44370

a Assembléia encerrada, às 11:32 de cuja sessão foi lavrada a presente ata que foi lida e aprovada pelos Conselheiros presentes, na data de 27.11.2015, sem oposição, sendo lavrada e assinada, em duas vias, pela Mesa Diretora e por três Conselheiros testemunhas. Anexa à presente Ata, seguirá para registro em Cartório a lista de presença e dos Conselheiros votantes.



Henrique De La Torre

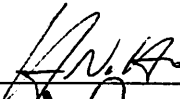


Arnaldo Mota Filho

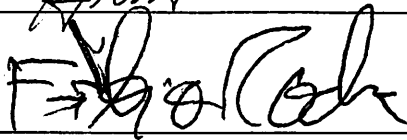


Moreno de Castro Borba

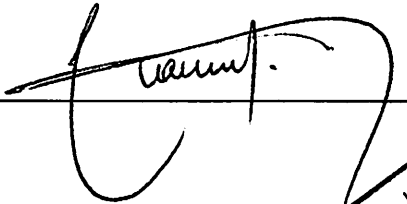
Testemunha 01:



Testemunha 02:



Testemunha 03:



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º Ofício - SALVADOR - BA
O presente documento foi protocolado, registrado e
microfilmado sob nº 44370, Rolo 554, Dou fê
Salvador, 12/11/2015
Ant. José Carvalho Oficial
Substituto

FOI EFETUADA A COMPETENTE
AVERBAÇÃO À MARGEM DO
REGISTRO